

ALEGO

Projeto de lei obriga hospitais a instalar câmeras em UTIs



A Associação dos Hospitais alega que a gravação expõe pacientes em momentos de extrema vulnerabilidade. **Página 7**



ANO 38 - Nº 1.810 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 14 A 20 DE SETEMBRO DE 2025
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

ANÁPOLIS

Prefeito e vereadores debatem sobre futuro do Centro Pop



Discussão sobre atendimento a pessoas em situação de rua divide opiniões na Câmara Municipal. **Página 10**

INCENTIVO

Caiado anuncia premiação para alunos que se destacarem na prova de Matemática no Enem

Meta é reduzir a abstenção e incentivar os estudos; valores podem chegar a R\$ 10 mil e professores também serão contemplados **Página 8**

ENTREVISTA

WELLINGTON BESSA

Vereador DC e líder do prefeito

“Atender vereador é atender a cidade”



Vereador minimiza a existência de uma crise entre Executivo e Legislativo e defende a legitimidade das indicações políticas

Páginas 4, 5

DIVERSÃO E ARTE



Jazz, vinhos e sabores regionais

De Pirenópolis para a capital: de 18 a 21 de setembro, o festival une música, vinhos e gastronomia ao ar livre. **Página 12**

JULGAMENTO



Defesa de Bolsonaro irá recorrer

O Superior Tribunal Militar ainda deve julgar a perda de patente dos militares das Forças Armadas réus na ação penal. **Página 6**

TRIBUNA POLÍTICA

“Gustavo Mendanha veio para o PSD para ser candidato a vice”

Divulgação



Vanderlan Cardoso reafirma sua intenção de disputar a reeleição ao Senado e diz que quem comanda a legenda em Goiás é ele. **Página 3**

ESCOLA

Avaliação expõe salto das escolas de tempo integral



Em 2019, as unidades de jornadas estendidas alcançaram média de 5,3, enquanto as de meio período ficaram em 4,7. **Página 11**

EMENDAS PARLAMENTARES

Recursos para rede própria de saúde representam menos de 5% do total



Maior parte foi destinada a entidades sem fins lucrativos, apesar de a lei fixar que metade seja aplicada no setor. **Página 9**

NO TRE

Joyre Cunha Sobrinho é indicada para o cargo de juíza substituta em Goiás.

Página 6

EDITORIAL

Crimes não julgados

O Brasil parou na tarde/noite de quinta-feira esperando pelo resultado do julgamento do chamado núcleo 1, ou principal, da tentativa de golpe de estado no Brasil entre o final de 2022 e o 8 de janeiro de 2023, quando uma horda criminoso atacou a capital da República e depredou os prédios dos Três Poderes.

Por 4 votos a 1, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) condenaram o ex-presidente Jair Bolsonaro e sete aliados pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado por violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

O caso ainda terá desdobramentos e Bolsonaro terá de enfrentar outros julgamentos, tanto pelo STF — no inquérito que apura seu envolvimento com as sanções dos EUA ao Brasil — como pelo Superior Tribunal Militar (STM), onde ele (capitão do Exército da reserva) e outros graduados gerais e almirante condenados podem perder as patentes.

No entanto, há crimes mais difíceis de tipificar pelos quais Bolsonaro não será julgado. Eles estão relacionados às mais de 700 mil mortes de brasileiros em decorrência da Covid-19. Foi uma pandemia, o mundo inteiro sofreu, mas, sob Bolsonaro, o Brasil registrou quase 3,3 mil mortes a cada um milhão de habitantes, a 16ª pior taxa do mundo entre países com mais de 1 milhão de habitantes, segundo a organização Our World in Data.

Se o Brasil tivesse se mantido na média mundial, o número de mortos no país teria sido quase quatro vezes menor, com mais de 500 mil vidas poupadas. E por que isso não ocorreu? Pela demora na compra de vacinas, pelo menosprezo do líder máximo da nação para com a gravidade da emergência sanitária, desprezo pelo desespero de familiares que tentavam socorrer seus doentes, carregando cilindros de oxigênio nas costas.

Bolsonaro não foi condenado por sua política de morte durante a pandemia. Mas terá tempo para refletir sobre isso na cadeia, se assim o desejar.

ARTIGO

Sem arrependimentos

Se existe uma coisa que eu quero na vida é ter um livro de arrependimentos com pouquíssimas páginas, levinho, levinho... Bem ao contrário daquele que a personagem Nora Seed encontra em sua estante pessoal no livro A biblioteca da meia-noite, escrito por Matt Haig.

Por isso, me dedico às coisas que considero importantes. E não são poucas. Nessa busca, me ligo a mulheres que, como eu, fazem escolhas baseadas em seus desejos.

Cuidar do nosso ativo mais valioso, o tempo, ganha apelo de prioridade. Aquela

famosa rima “deixa a vida me levar” não combina com a gente. Existem perguntas fundamentais a serem respondidas: “O que eu quero? Por que estou me dedicando a isso? Qual é a minha intenção?”

Questionar nos ajuda a decidir onde e quando investir tempo e energia.

Vivemos com entusiasmo. Gostamos de nos divertir. Somos criativas, curiosas e buscamos desafios. Compartilhamos aprendizados porque isso nos traz alegria e multiplica nossa energia. Não tememos a concor-

rência, sustentamos a singularidade.

Respeitamos o ritmo a cada dia. Quando aceleradas, pensamos rápido e agimos também. Podemos ser contemplativas, apreciar o silêncio, uma música calma e a beleza da natureza.

Aprendemos a agradecer as pequenas e as grandes coisas. Observamos o céu e nos surpreendemos com a emoção que sentimos. Gostamos do nascer e do pôr do sol, apreciamos os ciclos da vida, sabemos que tudo o que nasce, morre. Encaramos a finitude como algo natural.

ARTIGO

Hipervitaminose: quando o cuidado com a saúde se torna risco

A busca por saúde e bem-estar tem se consolidado como um fenômeno social contemporâneo, e a indústria de suplementos vitamínicos ocupa papel central nesse processo. Atualmente, não apenas farmácias, mas também supermercados e academias exibem uma ampla variedade de produtos que prometem ganhos em energia, fortalecimento da imunidade e até aumento da longevidade. Entretanto, a adesão crescente a esses compostos, muitas vezes sem qualquer respaldo técnico, tem sustentado a equivocada ideia de que maiores doses resultariam em maiores benefícios. É nesse ponto que emerge um risco frequentemente negligenciado: a hipervitaminose.

Ao contrário da deficiência vitamínica, amplamente reconhecida e alvo de campanhas de saúde pública, os riscos associados ao excesso de vitaminas permanecem subestimados. A hipervitaminose pode provocar repercussões graves, que variam de acordo com a substância envolvida. O acúmulo de vitamina A, por exemplo, está relacionado a hepatotoxicidade e alterações ósseas; a vitamina D, em doses elevadas, aumenta a probabilidade de nefrolitíase e complicações cardiovasculares; enquanto a vitamina E, quan-

do utilizada sem indicação, pode comprometer os mecanismos de coagulação sanguínea.

Um aspecto particularmente preocupante é que muitas dessas vitaminas pertencem ao grupo das lipossolúveis, armazenando-se no fígado e no tecido adiposo, o que favorece seu acúmulo progressivo no organismo. Dessa forma, mesmo uma ingestão considerada “moderada”, quando contínua e sem indicação clínica, pode resultar em complicações significativas. A dificuldade se acentua pelo fato de que os sintomas iniciais — como fadiga, náuseas e cefaleia — são inespecíficos e frequentemente atribuídos a outras condições, retardando o reconhecimento da hipervitaminose.

O marketing agressivo em torno da “vitamina da moda” intensifica esse cenário. Influenciadores digitais e até profissionais sem formação adequada frequentemente reforçam a falsa noção de que tais suplementos seriam indispensáveis ao cotidiano. Contudo, as evidências apontam que, para a maioria da população, uma alimentação balanceada — composta por frutas, legumes, proteínas de qualidade e associada à exposição solar moderada — é suficiente para suprir as necessida-

des vitamínicas e preservar o equilíbrio orgânico.

É fundamental compreender que vitaminas não constituem aditivos inofensivos, mas sim compostos bioativos capazes de interagir com mecanismos fisiológicos complexos. Quando utilizadas sem acompanhamento médico, perdem seu papel de aliadas da saúde e podem assumir a condição de agentes silenciosos de adoecimento.

Portanto, antes de adquirir mais um frasco que promete benefícios imediatos, é necessário questionar: o organismo realmente necessita desse suplemento? A forma mais eficaz de prevenir a hipervitaminose permanece simples e acessível: recorrer à avaliação profissional, realizar exames periódicos e evitar a crença em soluções milagrosas. Em saúde, o excesso pode ser tão nocivo quanto a carência.



José Israel Sánchez Robles é médico intensivista e nutrólogo



Melina Lobo (advogada e conselheira de administração)



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: Rua Antônio de Morais Neto, 330, Setor Castelo Branco, Goiânia - Goiás - CEP: 74.403-070 - Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Andreia Bahia
abahiagyn@gmail.com



Gustavo Mendanha veio para o PSD para ser candidato a vice, afirma Vanderlan

Saulo Cruz/Agência Senad



PSD passou de 20 para 170 comissões

Vanderlan Cardoso também negou que o PSD tenha encolhido desde que assumiu o comando da legenda. Segundo ele, isso não corresponde à realidade. “Desde que assumi a presidência estadual, passamos de pouco mais de 20 comissões provisórias para mais de 170, e esse crescimento se deve, também, às eleições que o partido disputou, incluindo a de 2024.”

Kassab não comanda o PSD em Goiás, garante Vanderlan

Diferentemente do que foi dito por Gustavo Mendanha à Tribuna do Planalto, de que o próprio Gilberto Kassab havia dado a ele a missão de construir as chapas proporcionais para 2026, Vanderlan diz que o presidente nacional da legenda apenas reforçou o que já havia sido alinhado com Mendanha quando o senador o convidou a se filiar ao PSD: “que viesse para somar, ajudando a estruturar as chapas proporcionais e trazendo nomes de peso para o partido. Inclusive estamos acreditando e aguardando que Gustavo faça esse trabalho de também trazer bons nomes para o PSD. Esse é o mesmo chamado que temos feito a todas as nossas lideranças, como ao deputado federal Ismael Alexandrino, ao deputado estadual Cairo Salim, ao ex-deputado Samuel Almeida e a tantas outras pessoas. Minha forma de conduzir o partido nunca foi centralizadora. Pelo contrário, acredito que dividir responsabilidades fortalece o coletivo. A liderança do PSD em Goiás tem um comando claro, mas eu a exerço de forma democrática, para que todos participem da construção do partido.”

De Goiás...

Em sua visita a Salvador, no dia 11, o governador Ronaldo Caiado destacou os resultados de Goiás na segurança pública, comparando com os da Bahia. Caiado relatou ter ouvido queixas durante visita a cidades do interior baiano, onde a presença do narcotráfico foi apontada como crescente. “No agreste, diziam: ‘Governador, o narcotráfico está em todo lugar’. Eles tomaram conta de tudo. Toda a extensão territorial da Bahia está tomada pelos narcotraficantes. Então eu vejo como uma questão até de sensatez do povo baiano ter um governante que tenha capacidade de fazer o que eu fiz em Goiás”.

O senador Vanderlan Cardoso (PSD) trabalha pela reeleição e não visa ser vice de Daniel Vilela em 2026, apesar da torcida de Gustavo Mendanha para que ele seja o escolhido e deixe a vaga no Senado para ele. “Tenho trabalhado de forma consistente para a minha reeleição ao Senado Federal. Naturalmente, o cargo de vice de Daniel Vilela desperta interesse em muitos, inclusive foi o que Gustavo Mendanha disse que iria pleitear, quando veio para o partido. No meu caso, a missão que tenho hoje é permanecer no Senado, ampliando o trabalho e os resultados que já temos realizado nos municípios goianos. O apelo que tenho recebido dos prefeitos e lideranças locais é justamente para seguir nessa trajetória, fortalecendo o

estado e os municípios no Congresso Nacional. Portanto, sigo focado na reeleição ao Senado.”

O senador licenciado também rebateu a crítica de Mendanha sobre o lançamento de duas candidaturas majoritárias em 2024, em Goiânia e Senador Canedo: “Partido que não disputa eleição não tem espaço na política. Só quem esteve dentro desse processo, em 2024, sabe o quanto foi necessário levar adiante essas candidaturas, tomando decisões corajosas e até mesmo indo para o sacrifício pelo partido. Hoje, com o resultado em mãos, fica fácil olhar para trás e chamar de erro, mas a verdade é que a presença do PSD na campanha de Goiânia e Senador Canedo foi necessária.”

Para a Bahia ...

Ronaldo Caiado afirmou que vê chances reais de o correligionário e pré-candidato a governador da Bahia, ACM Neto (União Brasil), ser eleito em 2026. “Em poucos meses, vocês podem ter certeza absoluta, eu estarei ao lado de ACM Neto, apoiando e dizendo a ele como é que se faz um estado 100% seguro”, cravou.

1 **A vereadora**

Kátia deixou, no sábado, 13, a presidência estadual do PT-GO após praticamente nove anos comandando o partido. Assume cargo na direção nacional da legenda, ao lado de Edinho, eleito presidente nacional do PT.

2 **Primeira**

mulher a comandar o PT em Goiás, Kátia assumiu a presidência em 2017 e deixa o cargo com um saldo político; o partido saltou de 98 para 191 diretórios municipais e mais de 40 Comissões Provisórias.

3 **A parlamentar**

goianiense passa a direção para a deputada federal Adriana Accorsi, eleita no pleito partidário de julho deste ano, e que vai conduzir a discussão sobre a presença do PT na próxima eleição para o governo de Goiás, em 2026.

Violência política de gênero

A vereadora Aava Santiago (PSDB) protocolou uma representação no Conselho de Ética contra o vereador Sargento Novandir (MDB) em razão de uma série de episódios de intimidação e ofensas pessoais. O vereador já acumula sete processos no Conselho de Ética por condutas semelhantes.

Outros casos

A vereadora Kátia Maria (PT) entrou com representação contra o vereador Ronilson Reis (PMB), após um episódio em que ele teria feito ataques misóginos e agressivos durante a sessão. Luciula do Recanto (PSD), em 2022, apresentou representação junto à Procuradoria da Mulher da Câmara, denunciando violência política de gênero sofrida em sessões plenárias.

Impunidade

Nenhum vereador de Goiânia foi efetivamente punido nas representações protocoladas por violência de gênero até agora. A maior parte dos casos foi arquivada, perdeu força política ou ficou em discussões simbólicas (moções, notas de repúdio, debates em plenário).

Aurora X Porto Seco

A Aurora EADI não deu por encerrada a batalha para operar o Porto Seco de Anápolis. O diretor jurídico da empresa, Carlos Henrich, informou que a Prefeitura de Anápolis solicitou dois novos documentos para emissão do alvará de funcionamento e que a empresa está providenciando.

Ameaça ao Cerrado

O Instituto Internacional Arayara alerta para a grave ameaça que representa a instalação de quatro usinas termelétricas a gás e de um gasoduto com mais de 900 km, em Goiás e no Distrito Federal, que podem acelerar a destruição do Cerrado. O Gasoduto Brasil-Central (TGBC) interliga São Carlos (SP) a Brasília (DF), passando por Bonfinópolis e Abadiânia (GO).

ENTREVISTA WELLINGTON BESSA

Novo líder defende que atender vereador é atender a cidade

Andréia Bahia e Lucas de Godoi

TRIBUNA DO PLANALTO

Inicialmente, o senhor afirmou que não aceitaria ser líder do governo e um dia depois aceitou. O que o fez mudar de ideia?

WELLINGTON BESSA

Esse aceite decorreu de algumas conversas que eu tive com o prefeito Sandro Mabel. Ele me falou algumas vezes sobre a necessidade de nós fazermos um trabalho na base, fazer um diálogo com os vereadores, objetivando um resultado positivo. Nós temos um gestor muito bem-intencionado, um gestor competente e, da mesma forma, nós temos uma Câmara Municipal também extremamente qualificada. Nessa possibilidade de ajuda à cidade e à Câmara Municipal, eu acabei por aceitar, depois de ter recusado algumas vezes. Não foi de um dia para o outro, mas ponderei bem, levei em consideração esse pedido e essa possibilidade de poder ajudar efetivamente a cidade. O que me motivou foi isso: a capacidade de trabalhar junto com essa base qualificada, com esse prefeito gestor, para poder trazer muitas coisas boas para a cidade.

Como o senhor vê a relação da Câmara com a Prefeitura neste momento?

A relação sempre carece de ajuste e de cuidado, como toda relação. Acho que o momento agora é de fazer isso, trazer esse cuidado, ouvir cada parlamentar da base, saber das dificuldades, ouvir quais são as demandas que temos nas regiões. O vereador é um para-brisa de todas as necessidades da cidade e dos bairros. O momento agora é de ouvir essas necessidades, buscar cuidar de cada uma delas, cuidar da nossa base, para que possamos avançar em todos os serviços.

Atendendo o vereador, estamos atendendo a cidade, com toda certeza.

O senhor minimiza a crise instaurada entre o Legislativo e o Executivo? O que provocou esse embate, na opinião do senhor?

Eu não minimizo, só acho que, obviamente, eventuais insatisfações acontecem numa relação; e, na relação da base com o Poder Executivo, pode existir também uma insatisfação ou outra, mas são casos pontuais, que iremos ouvir e dirimir. Não é uma crise ativa, até porque nós temos alguns casos pontuais, alguns vereadores de um total de 37. Nós iremos cuidar, iremos tratar com cada um, e acreditamos muito que nesse diálogo vamos encontrar uma solução, o que é bom para nossa cidade.

As indicações parlamentares

sempre existiram na

administração

pública. Vamos fazer

o diálogo com o

Executivo para que

não haja

informação

interpretada

de forma

equivocada.

O senhor fala em casos pontuais, mas o Executivo está lidando com a CEI da Limpa Gyn, articulada por 16 vereadores, e que acabou sendo protocolada com mais nomes. A instalação da CEI não seria o resultado de um desgaste que vem desde



Wellington Bessa

Vereador DC e líder do prefeito

Recém-nomeado líder do prefeito Sandro Mabel na Câmara de Goiânia, o vereador Wellington Bessa (DC) aposta no diálogo individual com cada parlamentar para recompor a base governista. Em entrevista à Tribuna do Planalto, ele minimiza a existência de uma

crise entre Executivo e Legislativo, defende a legitimidade das indicações políticas e afirma que a instalação da CEI da Limpa Gyn não representa desgaste, mas cobrança por melhorias na zeladoria da cidade. Ele comentou os ruídos provocados pelas falas recentes do prefeito.

o início da gestão do prefeito Sandro Mabel, que tem um estilo de governar que centraliza as decisões e deixa o Legislativo alheio a algumas definições, como o caso do aporte de R\$ 190 milhões à Comurg?

Eu creio que não. A CEI parte do pressuposto de um problema de zeladoria que estamos sofrendo já há algum tempo, não é de hoje, não do ano passado e não da gestão passada. Nós temos problemas na zeladoria há muitos e muitos anos. De vez em quando esse problema agrava, resolve, agrava, resolve. Nesse momento, estamos passando por um período de transição: sai o trabalho centralizado da Comurg e uma parte é terceirizada para um consórcio. É natural que, neste momento, haja esses ajustes, essa necessidade de adequação. O que aconteceu no início dessa gestão foi justamente isso: essa cobrança, esse acompanhamento, e parte dos vereadores viram, em suas respectivas visões, que o serviço não estava sendo prestado a contento. Protocolar um instrumento legítimo, que é a CEI, precisa apenas de um terço dos

vereadores, ou seja, com 13 assinaturas já há a possibilidade de abrir uma CEI; e repito, em um universo de 37 parlamentares. Eu entendo, como a maioria dos vereadores com quem tenho conversado, que assinaram a CEI porque querem realmente verificar se o serviço está sendo bem prestado, se o contrato está sendo cumprido. Não tem a ver. Eventuais insatisfações — é óbvio — motivam uma questão ou outra, mas não é o caso, pelo menos na minha visão.

Como o senhor pretende atuar em relação à CEI?

Eu já falei com o prefeito, nós temos representantes da base também compondo a CEI. Eu faço questão de que eles façam esse acompanhamento da CEI, até mesmo na função de vice-líder, e eu não atuarei.

O Paço considera que tem quantos membros na CEI?

O Paço tem aqueles blocos que foram formados que são proporcionais a três cadeiras para a base que não concordava com a CEI, mas nos outros blocos também há membros da

base e faremos essa conversa agora que a CEI já está instalada. Não há que se discutir mais, agora o trabalho é encargo, é responsabilidade, que eu acredito que será cumprido com muito louvor por parte dos sete integrantes. A CEI é autônoma e vai cumprir com o seu papel, e os sete vereadores são os responsáveis pela condução.

Na avaliação do senhor, onde o Mabel erra na relação com os vereadores?

Como eu falei, às vezes estamos insatisfeitos, às vezes não estamos entendendo algum ponto e isso não é aclarado, não é resolvido. Essas eventuais insatisfações, seja do prefeito com um membro do Legislativo ou o contrário, nós iremos aparar agora. Somos todos pessoas que prezam pelo bom andamento da cidade e não têm vaidade. Eu não vejo essa questão da vaidade, mas, sim, só a vontade de acertar. Onde houver eventual insatisfação, vamos tentar ajustar. Não vai faltar diálogo, conversa e, efetivamente, ação. Onde pudermos intervir para que haja saneamento dessas questões, vamos atuar.

O senhor menciona o diálogo, mas o prefeito chegou a fazer algumas reuniões com a base e, de certa forma, essas reuniões não tiveram efeito. Ele ouve os vereadores ou ele só fala nessas reuniões de que o senhor, com certeza, já participou?

Em todas as reuniões de que eu participei ele ouviu, sim, os vereadores; ele promove essa escuta, mas, como eu falei, início de gestão ainda, há muitas questões a serem sanadas, muitas a serem ajustadas, muitas que serão implementadas ainda, mas não teve tempo hábil. Nós sabemos da burocracia, da demora para poder atuar na gestão pública. Há muitas questões que estão sendo preparadas nesse prazo, mas ainda não estão sendo possíveis de serem executadas. O prefeito escutou sempre, em todas as reuniões, sempre franqueou a palavra, explicando qual era a necessidade, a justificativa de eventual projeto, o porquê dele. Então ele sempre falou e sempre ouviu também.

Geram ruídos, e nesta semana até um pouco mais acentuados, as falas do prefeito em “acabar com a mamata”, como “tetras gordas”. Como os vereadores recebem falas dessa natureza, tendo em vista que ele se refere a indicações a cargos muitas vezes legítimas de vereadores da base?

O prefeito, assim como os vereadores, são representantes populares muito bem-intencionados. Eu acho que essa conversa tem que estar cada dia mais próxima, mais afinada. As indicações de parlamentares, indicações políticas, sempre existiram na administração pública, inclusive com exemplos de grande sucesso. Se pudermos fazer esse diálogo mais próximo entre o Parlamento e o Poder Executivo, para que não haja qualquer tipo de desgaste e tampouco qualquer informação que venha a ser interpretada de maneira equivocada ou que venha a causar desgaste. O momento agora é de poder afinar e contribuir. Os vereadores contribuem com indicações técnicas, com pessoas boas que auxiliam na gestão, e o prefeito reconhece isso.

A secretária de Governo tem autonomia para gerir essa crise ou a articulação com os vereadores passa pelo prefeito, como Igor Franco afirmou à Tribuna do Planalto anteriormente?

A secretária de Governo também é uma política experimentada, já passou pela Casa, conhece a maioria dos

parlamentares. Ela, pelo menos comigo, sempre fez um diálogo, tem feito agora, assim como também o prefeito tem buscado. Eu entendo o papel regimental da secretária de Governo e do prefeito, e ambos têm trabalhado, cada um cumprindo com o seu papel, buscando esse diálogo, essa interlocução com os parlamentares para a gente poder avançar juntos.

O senhor disse que vai conversar individualmente com cada vereador para recompor a base. O diálogo individual não fragiliza o bloco de apoio ao governo, não coloca em risco a unidade?

Não, acho o contrário. Ainda que se tenha bloco, tenha grupo, cada um tem a sua necessidade individual. Hoje estamos ouvindo a base justamente para saber quais são as necessidades. Não dá para fazer isso em grupo. Existem demandas comuns, mas existem demandas também individuais. Essa escuta individual é justamente para saber quais são as pretensões, as dificuldades, o que podemos ajudar. Nós faremos as duas escutas, mas a individual é muito importante até para a gente poder saber questões específicas de cada parlamentar.

“Nós deixamos um legado na Secretaria de Educação inédito na cidade de Goiânia, que hoje é o primeiro lugar no Ideb, graças ao trabalho realizado de 2021 a 2023, na gestão de Rogério Cruz.”

Os vereadores reclamam do desprestígio da Câmara com o prefeito e os secretários, da lentidão nas nomeações, dos vetos do prefeito a projetos do Legislativo e da demora no pagamento das emendas impositivas. São queixas legítimas, na sua opinião? No caso das emendas impositivas, elas têm sido executadas?

Os vereadores prezam muito o atendimento dos secre-



tários, que não é um atendimento ao vereador, mas um atendimento à comunidade. O prefeito sempre falou também com os secretários que ele não abre mão de um atendimento eficaz aos vereadores. Esse é um papel que nós iremos buscar junto ao secretariado, essa atenção; além da atenção, a resolução, porque não basta ouvir. Tem que ouvir, processar e resolver. Eu já participei de reuniões em que o prefeito pontuou isso com o secretariado. Além da questão do atendimento do secretariado, vamos trabalhar na questão do cumprimento das emendas, que é um direito previsto. Iremos trabalhar nas demandas dos vereadores e tentar atuar para resolver o mais rápido possível, porque também são importantes para esses parlamentares.

Como o presidente da Câmara se posiciona frente a essas queixas? Romário Policarpo age mais para apagar ou para inflamar a crise?

O Romário sempre foi muito republicano. Ele lida muito bem, consegue conduzir muito bem o trabalho da Casa; sempre busca pacificar, busca entender, compreender as partes. Não é à toa que é presidente por quatro mandatos. Ele faz muito bem essa gestão, escuta, pacífica, conduz muito bem. Hoje, o trabalho dele não é diferente da sua história na presidência da Casa. Vem buscando pacificar, promovendo esse diálogo, escuta também, e tem trabalhado muito bem na construção dessa Casa e no apoio aos vereadores.

Qual será a estratégia para aprovar os projetos do Executivo? Vai ser a negociação individual com os

parlamentares?

Nós iremos continuar essa fala. Os vereadores sabem quais são os projetos importantes e urgentes; eles já têm essa noção. O nosso trabalho é continuar a ressaltar quais são esses projetos e iremos fazer a escuta individual para saber dessas dificuldades. Nós faremos esse diálogo mais amplo, explicando a necessidade e a importância de cada projeto. É importante demonstrarmos, em cada projeto, em cada votação, a intencionalidade, o porquê do projeto, a importância do projeto. Nós faremos essa conversa individual e, ao mesmo tempo, uma conversa coletiva também, com as devidas explicações, demonstrando a importância de cada projeto, de cada requerimento.

O senhor considera que teve uma primeira vitória política ao aprovar em primeira votação o projeto de lei que amplia os contratos temporários na educação?

Não falo de vitória. Eu acho que a Casa deu andamento a um processo que é muito importante para a cidade de Goiânia, especialmente para a educação. Não encaro como vitória, mas, sim, como andamento positivo da Câmara Municipal para a gente poder cumprir com esse direito fundamental, que é a educação.

Como líder do prefeito, o senhor sabe dizer até que ponto o prefeito está disposto a ceder para compor a base?

Não estamos falando de negociação nesse momento. Estamos falando de conversa, de diálogo. Nenhum vereador tem se mostrado disposto — e não é objetivo nosso — a negociar. O que estamos fazendo

agora é a escuta, a oitiva, escutar as dificuldades para poder auxiliar dentro desse processo. Não se trata de negociação, mas de escuta, de diálogo, para podermos avançar juntos.

Mas houve, por parte do prefeito, um aceno para a composição, inclusive com os parlamentares da base, indicando obras que seriam realizadas mensalmente nas suas bases eleitorais. Isso não é algo que está posto à mesa?

Essa ideia das obras já é antiga. O prefeito tem falado isso há alguns meses, mas não é requisito para nada. O prefeito entende que essas obras vão atender à comunidade e não há ninguém que conheça mais a comunidade do que o vereador, que é liderança, que é responsável pelo cuidado com aquelas pessoas. Essa questão das obras não foi um instrumento trazido para a recomposição da base, mas é um instrumento legítimo que o prefeito tem com o objetivo de alcançar o núcleo do bairro, alcançar a comunidade, levar para ela essa obra rápida, de maneira eficaz, que é muito importante.

De que forma as vice-lideranças podem ajudar e não traria mais força para o Legislativo nesse momento para dialogar com o Paço? Como o senhor vê isso?

A figura da vice-liderança tem como objetivo possibilitar um melhor diálogo. Hoje nós temos muitas comissões importantes, o acompanhamento do trabalho no plenário, o trabalho realizado nas audiências públicas e demais eventos, homenagens que acontecem na Câmara. Como há uma quantidade grande de atividades, é importante que em cada comissão haja um representante, que no plenário sempre haja um representante. O vice-líder tem essa condição de apoiar, de auxiliar na liderança para haver um diálogo sempre efetivo, sempre eficaz, acompanhando tudo de interesse do Legislativo e do Executivo.

Quais são os projetos prioritários do prefeito? E como o senhor considera que será a discussão e aprovação dessas matérias?

Hoje trabalhamos como prioritários os projetos que estão aqui. Para a educação, são dois ou três projetos importantes, projetos que vão melhorar a estrutura das nossas unidades escolares.

[Leia mais no site](http://www.tribunadoplanalto.com.br)

www.tribunadoplanalto.com.br

GOLPE

Os próximos passos depois do julgamento

Defesa de Jair Bolsonaro irá recorrer; réu em outros processos, ele pode perder a patente

Carla Borges

Condenado a 27 anos e 3 meses de prisão em regime fechado pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado, o ex-presidente Jair Bolsonaro está longe de ver suas avenças com a Justiça chegarem ao fim. O julgamento pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) foi um marco, mas haverá desdobramentos.

O primeiro deles foi anunciado pelos advogados Celso Vilardi e Paulo Amador da Cunha Bueno logo após a fixação da pena. Em nota, eles afirmaram que irão ajuizar recursos contra a decisão, inclusive "no âmbito internacional". Perante a Justiça brasileira, o recurso será à Primeira Turma do STF e é muito improvável que haja alguma mudança no que foi definido durante os cinco dias de julgamento, que tiveram o ápice na tarde da quinta-feira (11), quando a ministra Cármen Lúcia votou pela condenação de Bolsonaro e sete aliados e formou maioria pela condenação.

A defesa do ex-presidente contava com a (também improvável) possibilidade de abrir caminho de recurso ao Plenário do STF (onde todos os 11 ministros votam) a partir do voto divergente do ministro Luiz Fux, proferido durante longas 11 horas na quarta-feira (10). Fux entendeu que o STF seria incompetente para analisar o caso por se tratar de um ex-mandatário. Ele votou pela absolvição de Bolsonaro, mas pela condenação de outros envolvidos. No entanto, para que a defesa pudesse recorrer ao plenário por meio de embargos de divergência, ele teria de ter sido acompanhado por outro ministro.

Fux teria tratado as provas do processo de forma



Luís Simione/FGV

Para o professor Oscar Vilhena Vieira, Fux tratou as provas do processo de forma seletiva

seletiva, na avaliação do constitucionalista Oscar Vilhena Vieira, diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Direito SP). Para ele, a análise de Fux causou "perplexidade" por ignorar que o crime de tentativa não necessita ser consumado.

"Há uma distorção do sentido da norma. Esses não são crimes que se consumam pela obtenção do seu resultado final, são crimes que se consumam pela tentativa. Isso me pareceu muito grave. Ele colocou como premissa que o crime só ocorreria se o Estado de Direito tivesse sido abolido. Não é isso que a legislação prevê", ponderou Vilhena.

STM

Após decidir pela condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro e de sete aliados, a Primeira Turma do STF determinou que o Superior Tribunal Militar (STM) julgue a perda de patente dos militares das Forças Armadas réus na ação penal da trama golpista.

Com a decisão, Bolsonaro, que é capitão da reserva do Exército, os generais Augusto Heleno, Paulo Sergio Nogueira e Braga Netto e o almirante Almir Garnier devem ser julgados pela Justiça Militar. A Constituição prevê que oficiais das Forças Armadas podem ser expulsos em casos de condenação criminal superior a dois anos de prisão. (Com Agência Brasil)

J Tribuna Jurídica

CARLA BORGES
carlazenborges@gmail.com



Instituto questiona no STF criação de Cadastro Nacional de Pedófilos

O Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7871 contra a lei que criou um cadastro nacional de pessoas condenadas por crimes sexuais e autoriza a divulgação pública de seus dados. A ação foi distribuída à ministra Cármen Lúcia. O IDDD é uma organização não governamental fundada em 2000, idealizada por Márcio Thomaz Bastos, com um grupo de advogados criminalistas.

Monitoramento

As alterações foram introduzidas no Código Penal e na Lei 14.069/2020 pela Lei 15.035/2024 e permitem consultar nome, CPF, tipificação penal e pena de condenados em primeira instância, além de prever monitoramento eletrônico automático. Para a entidade, essas medidas violam princípios constitucionais, como o da dignidade da pessoa humana, da presunção de inocência, do devido processo legal e da proteção de dados pessoais.

Perseguição permanente

O instituto também argumenta que a exposição pública dos condenados pode gerar perseguição social permanente e dificultar sua reinserção na sociedade, mesmo após o cumprimento da pena. Segundo o IDDD, isso viola os direitos à reabilitação criminal e impõe uma espécie de pena perpétua de estigmatização pública ao usar termos como "pedófilos" e "predadores sexuais".

Destinação social

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-GO) e o Ministério Público do Trabalho em Goiás destinaram R\$ 103 mil ao Projeto Mais Um Sem Dor, coordenado pelo MPT-GO. O dinheiro será destinado à qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Condenação trabalhista

O valor tem origem na condenação de uma empresa por descumprimento da legislação trabalhista. A ação civil pública foi proposta pelo MPT-GO e tramitou na Vara do Trabalho de Palmeiras de Goiás.

Desconto no Fundo Partidário

O STF confirmou a validade de uma resolução do TSE que permite o desconto de valores do Fundo Partidário do diretório nacional de partidos políticos em razão de sanções aplicadas a diretórios estaduais ou municipais. A decisão, unânime, se deu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7415, proposta pelo Partido Verde (PV).



No TRE

O Órgão Especial do TJ-GO indicou a juíza Joyre Cunha Sobrinho (foto) para o cargo de juíza-membra substituta do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO). A votação foi realizada em sessão ordinária, na quarta-feira (10). A magistrada atuará como substituta do Gabinete de Juiz de Direito I do TRE-GO.

Autonomia partidária

Em seu voto, o ministro André Mendonça (relator) entendeu que a Resolução 23.717/2023 do TSE não fere a autonomia partidária para se organizar seguindo o modelo federativo brasileiro nem viola o caráter nacional dos partidos políticos, que veda a criação de partidos regionais, estaduais ou municipais.



A procuradoria fez prova cabal de que o grupo liderado por Jair Messias Bolsonaro desenvolveu e implementou um plano progressivo e sistemático de ataque às instituições democráticas



Cármen Lúcia, no voto que formou maioria no STF para condenação de Bolsonaro e aliados

SAÚDE

Projeto de lei obriga hospitais públicos e privados de Goiás a instalar câmeras em UTIs

Audiência Pública na Alego discutiu obrigatoriedade de câmeras em UTIs e centros cirúrgicos; entidades médicas e hospitais apontam riscos à privacidade e custos

Arthur Oliveira

A obrigatoriedade da instalação de câmeras de videomonitoramento em unidades de saúde públicas e privadas de Goiás entrou em debate na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego). O tema foi discutido em audiência pública realizada nesta terça-feira (9), por iniciativa do deputado Cairo Salim (PSD), no contexto da tramitação do Projeto de Lei nº 24707/24, de autoria do deputado licenciado Cristiano Galindo (SD).

A proposta prevê a instalação de sistemas de câmeras em setores como Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento, hospitais e clínicas da rede pública e privada no Estado de Goiás. O texto também abre a possibilidade de que familiares e autoridades, nos termos legais, tenham acesso às imagens.

TRANSPARÊNCIA E PRIVACIDADE

Na abertura da audiência,

Cairo Salim afirmou que o debate busca conciliar transparência e segurança com o respeito a direitos fundamentais. “Vivemos em um tempo em que a tecnologia pode prevenir abusos e oferecer mais confiança ao cidadão. Cabe ao Parlamento definir os limites e regras desse uso”, declarou.

Apesar do argumento da transparência, entidades médicas e representantes hospitalares manifestaram preocupação com a medida. A Associação dos Hospitais do Estado de Goiás (AHEG) se posicionou contra a obrigatoriedade em áreas sensíveis como UTIs e centros cirúrgicos.

A associação respondeu em nota que a gravação contínua nesses espaços expõe pacientes em momentos de extrema vulnerabilidade, o que fere a dignidade humana e o direito à vida privada, garantidos pela Constituição. “Gravar e disponibilizar imagens de pessoas sedadas, intubadas ou inconscientes amplia riscos de vazamentos e uso indevido, além de gerar custos pesados, sobretudo para hospitais de pequeno e médio porte”, afirmou a entidade.

A proposta também ignoraria a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), ao lidar com informações de saúde classificadas como sensíveis. A entidade reafirma que não se opõe à transparência, mas defende a busca por soluções eficazes que não infrinjam direitos fundamentais. A AHEG disse que espera que o Parlamento reavalie o projeto e considere alternativas que respeitem a intimidade, a dignidade e a privacidade dos pacientes, sem impor custos insustentáveis à saúde.

NECESSIDADE DE REGRAS

O gerente de Telessaúde da



Hospitais já contam com câmeras de segurança em áreas comuns, mas projeto busca ampliar para situações sensíveis

Secretaria de Estado da Saúde (SES-GO), Rafael Souto, explicou à Tribuna do Planalto que a pasta defende a implantação do sistema em áreas comuns, mas alerta para riscos quando o monitoramento avança para setores considerados sensíveis. “A Secretaria é a favor do videomonitoramento, mas desde que esse trabalho não adentre em áreas sensíveis ao cuidado do paciente, porque senão começa a entrar em dilemas éticos e jurídicos, e esses dilemas a Secretaria não tem como superar”, afirmou.

Segundo ele, UTIs, centros cirúrgicos e alas de internação, especialmente da rede materno-infantil, demandam maior cautela. “O que nós sugerimos é que essas áreas sejam momentaneamente retiradas do projeto, deixando o videomonitoramento a cargo dos espaços comuns, que já possuem estrutura para esse tipo de controle. Assim, a proposta se tornaria mais factível”, acrescentou Rafael.

Outro ponto levantado pelo gerente é o impacto financeiro da medida. A aprovação da lei teria repercussão geral, alcançando inclusive os municípios, que seriam obrigados a implementar o sistema e gerenciar o arquivamento das imagens. “É

preciso pensar na proporção dos gastos, nos investimentos, na guarda e no tempo de armazenamento desses dados. Tudo isso tem que ser levado em conta quando se constrói um projeto dessa magnitude”, ponderou.

Ainda assim, Souto enfatizou que a Secretaria reconhece a importância do monitoramento como ferramenta de segurança. “Entendemos a relevância para a proteção do paciente e dos usuários das unidades de saúde, mas defendemos que ele seja aplicado em ambientes gerais, onde não haja risco de exposição indevida”, concluiu.

Na mesma linha, o médico Frank Cardoso, da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, lembrou durante a audiência pública que o Código de Ética Médica garante proteção à intimidade e ressaltou os riscos de vazamentos em situações delicadas. Ele relatou que a capital já utiliza videomonitoramento em áreas comuns de suas unidades, mas sem avançar para setores assistenciais. “É essencial reforçar tanto os direitos individuais quanto a responsabilidade de quem lida com esses dados”, afirmou.

A Câmara de Goiânia já adotou medida semelhante em

2023, quando aprovou a lei que obrigava hospitais públicos e privados da capital a instalar câmeras em corredores e em áreas comuns. A iniciativa, de autoria do vereador Thialu Guiotti (Avante), foi aprovada pela Câmara Municipal sob o argumento de ampliar a segurança e coibir casos de violência sexual.

No âmbito estadual, no entanto, proposta com teor parecido foi vetada pelo governador Ronaldo Caiado (União Brasil), em 2021. À época, o Executivo justificou, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que a obrigatoriedade de instalação de câmeras em unidades de saúde era de competência exclusiva do Poder Executivo e apontou vício de inconstitucionalidade, além da ausência de previsão orçamentária para custear a medida.

DEBATE EM ABERTO

Durante a audiência, representantes da sociedade civil também questionaram os custos de implantação, qualificação para acesso às imagens e o equilíbrio entre interesse coletivo e privacidade individual. As respostas reforçam que, caso avance, a proposta precisará ser discutida em etapas, começando por áreas comuns como portarias, entradas, com posterior avaliação de setores mais sensíveis.

Ao encerrar a audiência, Cairo Salim defendeu a continuidade da discussão. “O que queremos é o diálogo. A tecnologia pode ser aliada, mas precisa ser usada de forma responsável. Vamos avaliar todos os pontos antes da decisão final”, disse. A proposta agora segue para parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Alego.

Deputados aprovam programa de proteção a profissionais da educação vítimas de violência

A Assembleia Legislativa de Goiás aprovou, nesta quarta-feira (10/9), em segunda votação, um projeto que cria o programa de proteção e assistência a professores e funcionários das escolas públicas vítimas de violência física ou psicológica no exercício de suas funções. A proposta agora segue para sanção ou veto do governador

Ronaldo Caiado (UB).

A iniciativa prevê a criação de um canal de denúncias anônimas, campanhas de conscientização, rede de apoio com assistência psicológica e jurídica, além de medidas de segurança nas escolas, como a instalação de câmeras de vigilância e a contratação de profissionais de segurança para atuar em horários de maior

vulnerabilidade.

A aprovação ocorre em meio a um cenário preocupante. Casos de agressões físicas e psicológicas contra educadores têm se tornado frequentes em Goiás e em outras regiões do país. Em agosto deste ano, uma professora de 37 anos foi esfaqueada por uma estudante de 14 anos em uma escola municipal de Valparaíso de

Goiás, no Entorno do Distrito Federal. O episódio reforçou a necessidade de políticas públicas voltadas à prevenção e à proteção dos profissionais da educação.

Propositora do programa, a deputada estadual Bia de Lima afirma que a violência contra os trabalhadores da Educação é grave, recorrente, provoca o

adocimento dos profissionais e compromete, até mesmo, a qualidade da educação oferecida aos estudantes. “Estamos em pleno Setembro Amarelo, mês de luta pela Saúde Mental, e é fundamental que tenhamos medidas de proteção aos trabalhadores, que estão expostos a diversos fatores de risco”, afirmou a parlamentar.

INCENTIVO

Caiado anuncia premiação para alunos que se destacarem na prova de Matemática do Enem

Meta é reduzir a abstenção e incentivar os estudos; valores podem chegar a R\$ 10 mil e professores também serão contemplados

afirmou o chefe do Executivo goiano.

“Quem alcançar 900 pontos ou mais na prova de Matemática do Enem, vai receber R\$ 10 mil do Governo de Goiás. E quem atingir entre 850 e 899,99 pontos, garante R\$ 5 mil. Esse valor será pago tanto ao estudante quanto ao professor”, disse o governador em vídeo divulgado nas redes sociais. O projeto de lei que institui a premiação já foi encaminhado à Assembleia Legislativa de Goiás (Alego).

Com o lançamento do prêmio, a meta do Estado é reduzir a abstenção no segundo dia de provas do Enem, além de estimular os estudantes perante a principal porta de acesso ao ensino superior. A iniciativa também simboliza a valorização do raciocínio lógico, da disciplina e da persistência. “Goiás é primeiro lugar no Ideb [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica], tem a melhor educação do Brasil e seguirá avançando com inovação, investimento e resulta-



Governador anuncia premiação de até R\$ 10 mil para estudantes que atingirem nota superior a 850 pontos na prova de Matemática do Enem, em iniciativa semelhante à já existente para a prova de redação

dos”, concluiu Caiado.

Podem participar do prêmio os estudantes da rede estadual que estejam no último ano do Ensino Médio e farão o Enem em 2025. Os professores dos alunos contemplados também receberão valores equivalentes, mas de forma não cumulativa — ou seja, mesmo que mais de um aluno obtenha nota igual ou superior a 850, o docente terá direito a apenas uma

premiação. Caso a escola tenha mais de um estudante com excelente desempenho, gestores e coordenadores também receberão 50% do valor total, a ser dividido entre eles.

O prêmio de Matemática foi inspirado no projeto Redação Enem, lançado por Caiado no ano passado e instituído pela Lei nº 23.043/2024. A ação contempla estudantes e professores com alto desempenho

na redação do exame nacional. Os alunos que atingem nota 980, recebem R\$ 5 mil, assim como seus professores. No caso de nota 1000, o valor sobe para R\$ 10 mil.

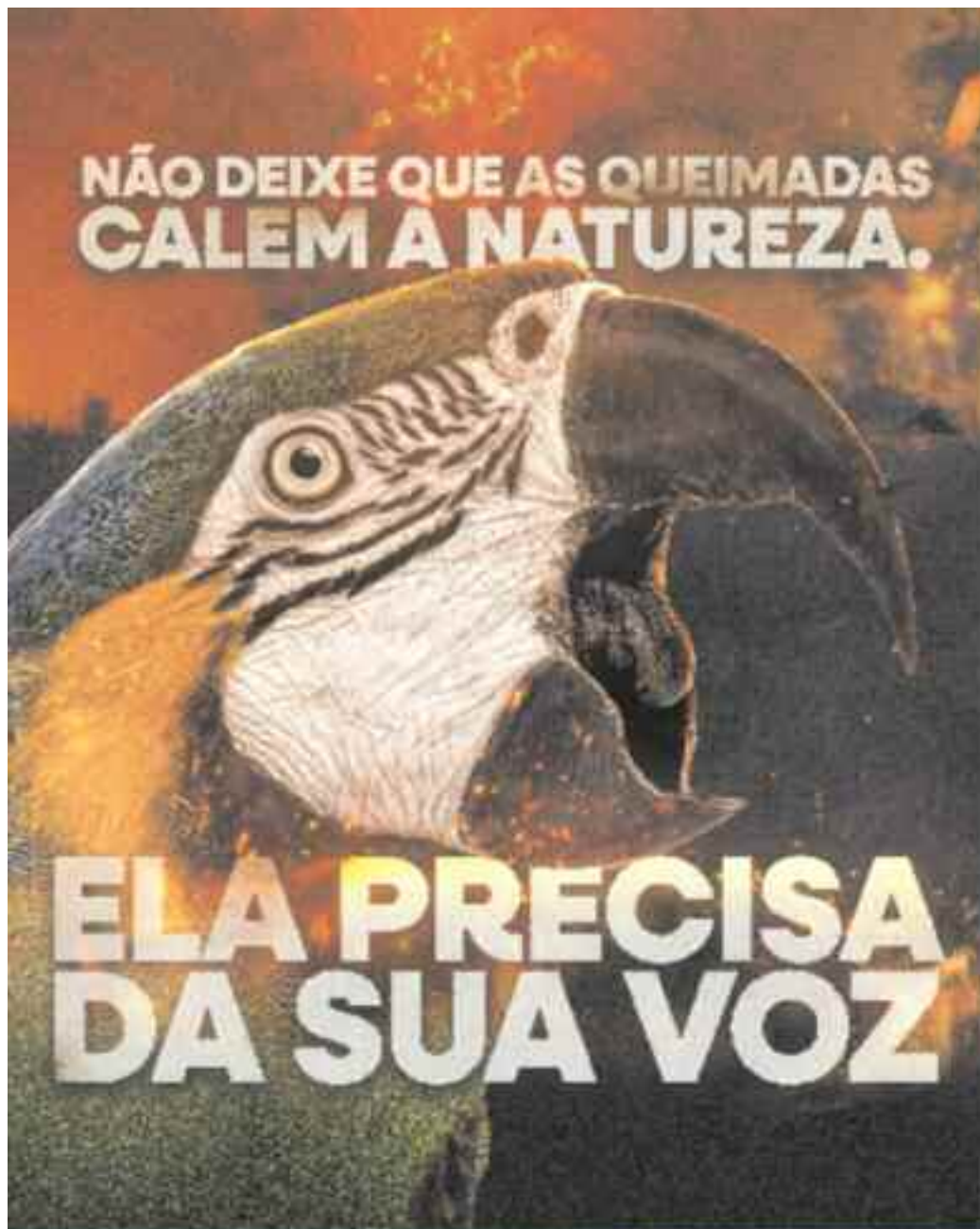
ENEM 2025

Neste ano, o Enem será realizado em 9 e 16 de novembro. No primeiro dia, serão testados os conhecimentos em Linguagens, Códigos, Ciências Humanas e Redação. Depois, haverá a prova de Matemática e Ciências da Natureza (Física, Química e Biologia).

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) realiza diversos programas e ações para preparar os alunos da rede pública. Entre eles, está o “Só Vem Enem”, que semanalmente disponibiliza conteúdos focados em questões e temas recorrentes no exame. O material serve como apoio tanto para quem está revisando os conteúdos, quanto para aqueles que buscam aprimorar o desempenho antes das avaliações.

Da Redação

Com o objetivo de reconhecer o esforço dos estudantes da rede estadual de ensino no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o governador Ronaldo Caiado anunciou, nesta quarta-feira (10/9), o Prêmio Matemática Enem. A iniciativa vai conceder prêmios de R\$ 5 mil a R\$ 10 mil aos alunos que mais se destacarem a partir das próximas provas. “Em Goiás, aluno dedicado é aluno premiado”,



Os Deputados e Deputadas Estaduais convidam você a participar do projeto de **combate às queimadas** em nosso estado.

Com sua sugestão elaboramos leis para proteger nossa Natureza

Baixar o APP Deputados Aqui e envie sua ideia

SAIBA MAIS



ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS
TRABALHA POR GOIÁS

ORÇAMENTO

Emendas parlamentares para rede própria de saúde representam menos de 5% do total

Minoria optou por investir diretamente na rede pública municipal de saúde, como na reforma e adequação de unidades próprias

Lucas de Godoi

Lucas de Godoi



CAPs da rede municipal de Goiânia estão entre as poucas unidades próprias contempladas com emendas parlamentares

Dos R\$ 160 milhões em emendas impositivas previstas no orçamento de 2024, apenas R\$ 4,1 milhões foram destinados a unidades públicas da rede municipal de saúde. Embora a legislação determine que ao menos metade das emendas seja aplicada no setor, a maior parte dos recursos vai servir a entidades privadas sem fins lucrativos, enquanto estruturas como CAIS, UPAs, CAPS e maternidades ficaram em segundo plano.

A Prefeitura de Goiânia publicou dois decretos, um em 12 de agosto e outro em 9 de setembro, com suplementação orçamentária de R\$ 90,4 milhões para execução das emendas para a saúde. O percentual de cerca 4,6% desse montante contrasta com a concentração de recursos em entidades privadas sem fins lucrativos, que continuam recebendo a quase totalidade dos repasses.

Conforme os decretos publicados, apenas seis dos 35 vereadores da última legislatura (na atual são 37) contemplaram unidades próprias com recursos que, somados, representam pouco mais de R\$ 4

milhões.

Fabrizio Rosa (PT) destinou a maior fatia, de 1,5 milhão para reforma, compra de equipamentos e custeio de atividades multidisciplinares terapêuticas em 10 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da capital, além de recursos para o Centro de Referência em Diagnóstico Terapêutico e o Ambulatório Transviver, entre outras iniciativas.

Segundo o vereador, a escolha partiu por considerar que estes "são serviços essenciais constantemente ameaçados de abandono" e por entender que "cada recurso público deve gerar estrutura permanente, gratuita e de qualidade". O parlamentar afirma que

atua na defesa da agenda de saúde mental desde o início do mandato cobrando melhorias nas estruturas, valorização dos servidores e mais investimentos na assistência à saúde mental.

"Quanto a nossa atenção à saúde LGBTQIA+, nunca houve dúvidas de que garantir acesso à saúde pública, gratuita e de qualidade para uma das comunidades mais marginalizadas e que mais sofre com o desmonte do SUS seria uma prioridade do mandato que é de todas as lutas", acrescenta Rosa, em nota enviada à reportagem.

Além de Fabrício, outros cinco vereadores aplicaram recursos em unidades próprias da capital. Também é

possível que haja alguma destinação em fase de tramitação.

A Secretaria Municipal de Articulação Institucional e Captação (Secap) destacou à reportagem que a maioria das emendas destinadas à Saúde, referente ao ano de 2024, já estão contempladas nos decretos publicados. Segundo a pasta, algumas emendas seguem em tramitação "por falta de documentação da instituição", afirma o secretário Junior Toledo.

A Secap também menciona que alguns vereadores destinaram mais do que os 50% obrigatórios para a área da saúde, o que reflete no valor final da execução das emendas parlamentares.

TERCEIRO SETOR

As maiores instituições beneficiadas compõem o chamado terceiro setor. São entidades classificadas como "sem fins lucrativos", como Hospital do Câncer, Fundação Banco de Olhos e Santa Casa de Misericórdia. Além destas, entidades menos conhecidas vão gerir a maior parte dos recursos.

A legislação que rege essas organizações permite maior autonomia na gestão interna, e a fiscalização externa depende do cumprimento de normas específicas dos convênios estabelecidos junto à administração.

A priorização de entidades privadas, em vez de unidades da rede própria, resultou em menor volume de recursos destinados diretamente a serviços municipais de saúde.

Além disso, muitos dos repasses são realizados para custeio, o que permite que a entidade utilize em despesas gerais de manutenção e pagamento de salários, por exemplo.

Especialistas apontam que parlamentares que destinam recursos gozam de prestígio político junto a algumas entidades e, corriqueiramente, intercedem por apoiadores na facilitação de consultas e exames, o que se reflete em ganho eleitoral.

VIÉS POLÍTICO

Em maio, a Prefeitura de Goiânia havia rejeitado 149 das 235 emendas que direcionavam recursos a entidades privadas, o que gerou reação na Câmara.

Em seguida, os vereadores aprovaram uma lei municipal que flexibilizou o pagamento desses valores e o prefeito Sandro Mabel (UB) sancionou sem vetos, liberando a execução.

SAIBA MAIS

Seis vereadores destinaram recursos à rede própria

| Vereador (a) | Valor total (R\$) | Destinações (rede própria) |
|-----------------------|-------------------|---|
| Fabrizio Rosa (PT) | R\$ 1.566.800,00 | CAIS, CAPSs, CRDT, Transviver, Consultório na Rua |
| Kátia Maria (PT) | R\$ 880.000,00 | Maternidades, CAIS, UPAs |
| Sabrina Garcez (UB) | R\$ 966.853,23 | Reforma do CAIS de Campinas |
| Paulo Magalhães (UB) | R\$ 400.000,00 | CIAMS, UPAs e USF |
| Anselmo Pereira (MDB) | R\$ 150.000,00 | USF, CSF e Vigilância Sanitária |
| Igor Franco (MDB) | R\$ 100.000,00 | Aquisição de veículo para Distrito Leste |

Oito entidades concentram mais de R\$ 45 milhões

Levantamento da Tribuna do Planalto revela que oito entidades concentram, juntas, mais de R\$ 45 milhões em emendas parlamentares destinadas à área da saúde. Os repasses são resultados de indicações feitas por diversos vereadores da capital.

O maior montante é destinado ao Grupo Futuro — Gestão de Saúde, que reúne R\$ 8,42 milhões em indica-

ções feitas por oito parlamentares.

Na segunda posição está a Associação S.O.S Vidas, que receberá R\$ 7,19 milhões. Logo depois aparece a Associação Comunidade Batista, com um total de R\$ 6,87 milhões em recursos indicados por vereadores.

O Instituto Base também figura entre os maiores beneficiados, com R\$ 5,46 milhões. O Centro de

Gestão Integrada contabiliza R\$ 5,11 milhões, valor semelhante ao de outras entidades, como o Instituto Curados para Curar, que contemplado com R\$ 4,69 milhões, e o Instituto Cruzeiro do Sul, com R\$ 4,36 milhões.

Fechando a lista das oito entidades está a Brazil Human Animal NGO, que recebeu R\$ 3,86 milhões, de três vereadores.

SAIBA MAIS

Oito entidades concentram mais de R\$ 45 milhões em emendas de vereadores

| Entidades com maiores volumes de emendas da saúde | |
|---|------------------|
| Grupo Futuro | R\$ 8,42 milhões |
| Associação S.O.S Vidas | R\$ 7,19 milhões |
| Associação Comunidade Batista | R\$ 6,87 milhões |
| Instituto Base | R\$ 5,46 milhões |
| Centro de Gestão Integrada | R\$ 5,11 milhões |
| Instituto Curados para Curar | R\$ 4,69 milhões |
| Instituto Cruzeiro do Sul | R\$ 4,36 milhões |
| Brazil Human Animal NGO | R\$ 3,86 milhões |

ANÁPOLIS

Prefeito e vereadores debatem sobre futuro do Centro Pop

Discussão sobre atendimento a pessoas em situação de rua divide opiniões na Câmara, mas reforça políticas públicas para o município

Carlos Nathan Sampaio

O anúncio feito pelo prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa (PL), no início desta semana, de que o atual Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) será transformado em uma unidade voltada para atendimento psiquiátrico e psicológico, gerou repercussão na cidade e se tornou tema central das discussões das sessões na Câmara Municipal. A medida, segundo o gestor do Executivo, tem como objetivo ampliar a rede de saúde mental, especialmente para dependentes químicos e pessoas em situação de vulnerabilidade.

A decisão foi comunicada em entrevista à Rádio São Francisco, quando Corrêa confirmou que as reformas no prédio terão início imediato e que a inauguração da nova unidade deve acontecer em até 15 dias. O espaço contará com médicos especialistas, criação de leitos, fornecimento de medicamentos e parcerias com instituições de recuperação, como a Missão Vida.

Para justificar a mudança, o prefeito fez duras críticas ao funcionamento atual do Centro Pop. De acordo com ele, parte dos frequentadores estaria revendendo refeições e cobertores fornecidos pelo serviço, além de associar o local ao aumento

Prefeitura de Anápolis



Centro Pop, em Anápolis, é objeto de discussão na Câmara Municipal

da criminalidade no entorno. Corrêa afirmou que cerca de 90% dos comércios próximos teriam fechado as portas e classificou o espaço como um "atrativo para criminosos". "Não podemos usar recursos da prefeitura para fomentar a criminalidade da cidade e para oprimir comerciantes e famílias nos sinaleiros", declarou.

Apesar do discurso firme do prefeito, o tema dividiu opiniões entre os vereadores, que usaram a tribuna nas sessões ordinárias desta semana para apresentar argumentos a favor e contra a medida.

Na sessão de terça-feira (9), o vereador Domingos Paula (PDT) criticou a possibilidade de fechamento do Centro Pop antes da apresentação de um projeto alternativo. Para ele, a cidade corre o risco de agravar ainda mais a vulnerabilidade da população de rua. "Se forem identificadas entre as pessoas em situação de rua alguém que tenha cometido crime, que preste contas à polícia. Mas também é preciso entender que neste meio existem pessoas que necessitam de um lugar para tomar banho e fazer sua refeição", afirmou.

Domingos Paula lembrou que já presenciou pessoas utilizando fontes de praças para higiene pessoal, como as da Bom Jesus e da Abílio Wolney. "Se for fechado o Centro Pop, essas pessoas vão para onde? Muitos certamente vão roubar, para garan-

tir seu alimento", alertou. O parlamentar sugeriu a criação de um espaço de triagem, ressaltando que muitas vezes nem mesmo as famílias querem conviver com essas pessoas.

Em sentido oposto, o vereador Jakson Charles (PSB) defendeu a decisão da Prefeitura. Ele afirmou que o programa atual "não tem eficácia" e que o espaço se tornou atrativo para indivíduos de outras cidades que praticam crimes em Anápolis. Ao concordar com a expressão de que o Centro Pop seria um "resort para bandidos", reforçou a necessidade de substituição por um modelo mais eficiente. "Fechar o Centro Pop não significa abandonar as pessoas em situação de rua", disse.

PROPOSTAS DE PROTOCOLOS E AÇÕES CONJUNTAS

Também na mesma sessão, a vereadora Capitã Elizete (PSD) apresentou uma proposta para criação de um protocolo de atendimento às pessoas em situação de rua. Segundo ela, o objetivo é estruturar uma política que respeite a dignidade humana, mas que evite a desvirtuação de benefícios. "Há uma evolução significativa do número de pessoas nesta situação e, com isso, também aumentam os registros de violência envolvendo essa população", declarou.

O protocolo sugerido prevê a participação de várias secretarias municipais, Ministério

Público, forças de segurança, sociedade civil e igrejas, numa tentativa de organizar de forma integrada a assistência social e a fiscalização.

Já o vereador Professor Marcos (PT) defendeu que o debate deve superar vieses partidários ou ideológicos. Para ele, a questão precisa ser tratada como um problema coletivo e de alta complexidade. "É necessário desenvolver um processo completo, com apoio psicológico e psiquiátrico, reconstrução de vínculos, confecção de documentos, opções de trabalho e oferta de tratamento de saúde regular, e não só com caixa de remédio", argumentou.

O Professor Marcos destacou ainda que parte das clínicas de recuperação funciona de forma irregular e que muitas vezes as famílias buscam nesses locais uma forma de se "livrar de problemas". Para ele, a saída passa pelo fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), além da valorização de parcerias com igrejas e organizações não governamentais. "Não pode ser só internação compulsória. É preciso garantir os direitos de todos os cidadãos", concluiu.

Outro ponto de vista foi apresentado pelo vereador Wederson Lopes (União), que defendeu um debate mais amplo. Para ele, o problema da população em situação de rua

vai além do funcionamento do Centro Pop. "As políticas adotadas até hoje não têm se mostrado suficientes. Não é só nível municipal que vai resolver, precisamos de ferramentas legais", disse.

Wederson lembrou que, em seu primeiro mandato, criou a primeira frente parlamentar de política sobre drogas em Anápolis, quando a rede de apoio estava desestruturada e havia muitas clínicas clandestinas. Hoje, apesar dos avanços, ele considera necessário garantir o tripé entre tratamento, segurança e prevenção. "Se não fizermos o diagnóstico das famílias, vamos continuar enxugando gelo e a cada ano a situação piora", alertou.

FUTURO INCERTO

A discussão em torno do fechamento do Centro Pop evidencia um impasse entre garantir assistência básica a pessoas em situação de rua e buscar alternativas que respondam às demandas de segurança e saúde mental. Enquanto o Executivo municipal aposta em uma unidade de atendimento psiquiátrico para reorganizar a política pública, vereadores e sociedade civil ainda divergem sobre o caminho mais adequado.

De um lado, há quem enxergue no fechamento do espaço um risco de maior exclusão e vulnerabilidade. Do outro, a expectativa de que a reestruturação traga soluções mais eficazes para o problema, que cresce a cada ano em Anápolis e em diversas cidades brasileiras.

O que parece consenso, entretanto, é que a questão exige atuação conjunta entre Prefeitura, Câmara, órgãos de justiça, igrejas, entidades sociais e a própria comunidade. Até a inauguração da nova unidade, prevista para os próximos dias, o debate promete se intensificar, com impacto direto na vida de centenas de pessoas em situação de rua e no cotidiano da população anapolina.

CRIME

Suspeito de matar professor é preso, mas motivo do crime segue sem explicação

A Polícia Civil de Goiás prendeu preventivamente, na última sexta-feira (6), um dos suspeitos de envolvimento na morte do professor de música Daniel Santos, de 36 anos, encontrado carbonizado em um terreno

baldio no centro de Anápolis, em julho. A prisão foi divulgada nesta terça-feira (9), durante a Operação Manto e Cinzas, conduzida pelo Grupo de Investigação de Homicídios (GIH).

Daniel, conhecido como

"Fuscão", desapareceu em 22 de julho e foi localizado dois dias depois. O corpo, totalmente carbonizado, só foi identificado por DNA. A investigação aponta homicídio qualificado e tentativa de ocultação do cadáver.

O preso já havia sido detido em flagrante, mas liberado em audiência de custódia. Com novas provas, a Justiça decretou a prisão preventiva, e ele foi encaminhado à Unidade Prisional de Anápolis.

Câmeras de segurança

registraram o descarte e incêndio do corpo, indicando participação de ao menos três pessoas. Apenas um suspeito foi preso até agora, e a polícia segue em busca dos demais. A motivação do crime ainda não foi esclarecida.

ESCOLA

AVALIAÇÃO

Ideb expõe salto das escolas integrais e fragilidades das parciais

Alexandra Rita



Mais horas e mais resultados, as escolas integrais impulsionam Goiás ao topo do ranking nacional

Desigualdades e impactos da pandemia ainda exigem atenção e investimentos estratégicos

Dhayane Marques

Os números do Ideb em Goiás revelam um quadro paradoxal: há motivos para celebrar, mas também alertas que não podem ser ignorados. Em 2023, o estado alcançou 4,8 pontos nessa etapa, a maior média da história da rede estadual e acima da meta estipulada pelo Ministério da Educação (MEC), de 4,7. Esse resultado coloca Goiás à frente de estados tradicionalmente bem colocados, como Paraná e Espírito Santo, que registraram 4,7.

O crescimento das escolas transformadas em Centros de Ensino em Período Integral (Cepis) entre 2017 e 2019 reforça essa tendência. Um estudo conjunto do Instituto Sonho Grande e do Instituto Natural aponta que, em 2019, as escolas de tempo integral alcançaram média de 5,3, enquanto as escolas regulares de meio período ficaram em 4,7 — uma diferença de 63% no desempenho. Além disso, escolas convertidas em Cepis entre 2017 e 2019 cresceram 28% no Ideb, enquanto as regulares avançaram apenas 8%.

Mas nem tudo são flores. O Ideb evidencia desigualdades históricas: estudantes de minorias raciais, em especial pretos e pardos, continuam com desempenho inferior em Matemática e Português. A pandemia da Covid-19 intensificou essas disparidades, com quedas abruptas de aprendizado entre 2020 e 2021, período em que Goiás viu seu Ideb do Ensino Médio despencar de 4,7 para 4,2. Apesar da recuperação rápida, que levou a nota a 4,8 em 2023, os números mostram que a interrupção escolar deixou sequelas que exigem políticas públicas estratégicas.

Os impactos sociais do ensino integral são claros: maior probabilidade de ingresso no Ensino Superior, salários mais altos e maior maturidade social. Porém, o acesso ainda é limitado, apenas 33,1% dos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio estão em escolas integrais, enquanto a meta é atingir 25% de toda a Educação Básica até 2024. O

desafio agora é expandir sem perder a qualidade, garantindo que o modelo beneficie os estudantes mais vulneráveis.

O investimento público em Goiás é notável, mais de R\$ 7,4 bilhões nos últimos cinco anos em infraestrutura, tecnologia e valorização docente. Mas o Ideb também revela que essas ações precisam ser complementadas por estratégias de combate às desigualdades regionais e sociais, que ainda refletem em aprendizado insuficiente, especialmente em Matemática.

Em síntese, Goiás vive um divisor de águas, o ensino integral mostra o caminho, mas a pandemia e as desigualdades estruturais lembram que os desafios são profundos. Os números do Ideb não são apenas indicadores, são um alerta de que qualidade e equidade precisam caminhar juntas para que a educação estadual seja referência verdadeira e duradoura.

EDUCAÇÃO INTEGRAL: UM PASSAPORTE PARA O FUTURO

Municípios com escolas integrais – desempenho em Goiás

Comparar: Integral vs. Parcial



Fonte: Instituto Sonho Grande / Instituto Natural – Ideb 2023

Estudos indicam que alunos de escolas em tempo integral apresentam desempenho superior em Língua Portuguesa e Matemática. Enquanto a média de proficiência em matemática foi 283,2 para escolas regulares em 2019, nas escolas integrais atingiu 299,9. O modelo permite maior tempo de aprendizado e acesso a atividades extracurriculares, ampliando habilidades cognitivas e socioemocionais.

DESAFIOS DA DESIGUALDADE

Apesar dos avanços gerais, persistem desigualdades significativas no desempenho escolar. Alunos pretos e pardos apresentam médias consideravelmente inferiores em Matemática, e as diferenças regionais permanecem marcantes, com áreas rurais e periferias enfrentando barreiras maiores para acesso a recursos pedagógicos, professores qualificados e infraestrutura adequada. Esses desafios eviden-

ciam que, mesmo com políticas de expansão do ensino integral, o combate à desigualdade continua sendo um ponto crucial para a consolidação de resultados efetivos.

HISTÓRICO DO IDEB E METODOLOGIA

Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) combina a taxa de aprovação escolar com a média de proficiência dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática. O índice varia de 0 a 10 e é divulgado a cada dois anos, permitindo acompanhar a evolução da educação brasileira. O Ideb estabelece metas nacionais para cada etapa: 6,0 nos anos iniciais, 5,5 nos anos finais do Ensino Fundamental e 5,2 no Ensino Médio, funcionando como um termômetro de aprendizado.

Um novo paradigma educacional desafia o modelo parcial em Goiânia

Nos últimos anos, Goiânia vem se destacando no cenário educacional brasileiro, acompanhando o bom desempenho do estado de Goiás. Em 2023, os anos iniciais do Ensino Fundamental alcançaram 6,5 pontos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), garantindo à capital a primeira posição entre as capitais. Nos anos finais, a cidade conquistou a terceira colocação, refletindo uma evolução consistente, mesmo diante dos impactos da pandemia de Covid-19.

O destaque da capital se concentra nas escolas de tempo integral, cujos resultados superaram de forma consistente os das unidades de tempo parcial. Alunos de escolas integrais registraram médias de 300,9 em Língua Portuguesa e 299,9 em Matemática, contra 285 e 283,2 nas escolas regulares. A diferença evidencia que a ampliação da jornada escolar proporciona mais tempo para reforço pedagógico, aprofundamento de conteúdos e atividades socioeducativas, promovendo competên-

cias cognitivas e socioemocionais essenciais.

A expansão da rede de ensino integral tem sido estratégica. Em 2023, Goiânia contava com 45 escolas de tempo integral, refletindo políticas públicas voltadas para infraestrutura, tecnologia educacional e capacitação docente. Entre 2021 e 2023, os anos iniciais saltaram da 4ª para a 1ª posição e os anos finais do Ensino Fundamental subiram da 8ª para a 3ª. Esse crescimento demonstra que a ampliação do tempo de aprendizagem, aliada

a acompanhamento pedagógico sistemático, impacta diretamente na qualidade do ensino.

Além do desempenho acadêmico, o ensino integral apresenta impactos sociais significativos. Pesquisas apontam que estudantes de escolas integrais têm 17 pontos percentuais a mais de chance de ingressar no Ensino Superior, salários até 18% maiores e maior maturidade social, incluindo planejamento familiar mais consciente. Entre as mulheres, o modelo contribui para maior inserção

no mercado de trabalho, reforçando o papel do tempo integral como ferramenta de equidade e mobilidade social.

Apesar dos avanços, os desafios persistem. O acesso ao ensino integral ainda não é universal, e há desigualdades entre regiões centrais e periféricas. Especialistas alertam que não basta aumentar a carga horária: é preciso investir em professores, infraestrutura e projetos pedagógicos de qualidade para que o tempo extra se traduza em aprendizado real.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

Clubes com baixo poder de investimento têm que ter base forte

Não tem milagre, se o caixa do clube não permite altos investimentos em atletas renomados, a alternativa é formar jogadores em sua própria base. Caso contrário, a história vai se repetir sempre, como acontece há muitos anos no futebol goiano. Contratações só de jogadores veteranos, sem vínculos, ou apostas que na maioria das vezes não resolvem. Por isso nosso futebol se estabeleceu na série B. Quando sobe, no caso de Atlético e Goiás, a permanência na elite é curta e previsível. No ano seguinte estão de volta. Não dá para competir com os times da série A, a diferença de faturamento é grande demais.

Os clubes do futebol brasileiro estão partindo para as negociações com SAFs, investidores que adquirem as agremiações, com promessas de quitação de dívidas, investimento em estrutura e formação de times competitivos. Alguns têm dado certo, outros não. O Bahia é um exemplo de SAF que deu certo. O Vasco é o exemplo que deu tudo errado. Portanto, é uma solução que nem sempre resolve. Além do que, em alguns casos, como o Bragantino, a SAF exigiu até a troca das cores tradicionais do clube. Aí não dá...

A fórmula ideal não é nova. O investimento nas categorias de base continua dando resultados que impressionam. Exemplos disso são Palmeiras, Santos e Flamengo, que formam craques, vendidos por valores expressivos antes mesmo de completarem 18 anos. E assim vão formando caixa para o pagamento de dívidas, investimentos em estrutura e contratação de bons jogadores para o elenco principal disputar e vencer as principais competições nacionais e internacionais.

A Base no futebol goiano

Goiás, Atlético e Vila Nova já foram grandes formadores de craques, mesmo em um tempo em que não possuíam estrutura digna para a garotada treinar. O Atlético já formou para o Brasil e para o exterior, craques como Julio Cezar, o Imperador; Baltazar, o cabecinha de ouro; Valdeir, o The Flash; Lindomar, entre outros. Hoje, com uma excelente estrutura, não forma praticamente ninguém. Adson Batista não dá muita atenção para a base. Acha que a base gasta muito e entrega quase nada.



Baltazar, o artilheiro de Deus. Do Atlético para o futebol espanhol

O Goiânia já formou bons jogadores, mas hoje está com suas atividades praticamente paralisadas. O Vila Nova tem o orgulho de ter revelado o volante Fernando, que foi vendido ao futebol europeu, onde fez muito sucesso. Voltou para o Vila Nova, jogou algumas partidas e se transferiu para o Internacional de Porto Alegre. Contundido, rescindiu seu contrato e avalia a possibilidade de encerrar sua carreira. Foi a principal revelação do Vila Nova, mas foi negociado à época por um valor muito abaixo do que valia.



Fernando, da base do Vila para conquistar a Europa

Já o Goiás, sempre foi um celeiro na formação de craques. Com um campo para dividir com todas as categorias, inclusive os profissionais, o Goiás revelou craques como Luvanor, Zé Teodoro, Macalé, Cacau, Tulio Maravilha, Fernandão, Carlos Alberto Santos, Danilo, entre outros. Hoje a base do Goiás ainda revela alguns bons nomes, mas longe da safra acima mencionada. Vale lembrar que, com a venda de Luvanor para o Catânia, da Itália, o Goiás comprou e construiu o CT do Parque Anhanguera, hoje, um dos locais mais valorizados da cidade.



Luvanor, revelação da base para o futebol italiano

No passado, o Vila Nova revelou grandes jogadores, como Fernandinho, Guilherme, Luciano, Roni, Zé Henrique, mas naquela época, os craques jogavam muito mais e eram vendidos por muito menos. Não existiam as transações milionárias da atualidade. Hoje, qualquer atleta mediano é negociado por verdadeiras fortunas.

O futebol goiano ainda vai permanecer por muito tempo às margens dos principais centros do futebol nacional. A CBF pouco se importa com os times da "prateleira de baixo". Melhor que fiquem nas séries B, C e D. A maior fatia do bolo continuará nas mãos dos times dos grandes centros. Para os Estados periféricos, só migalhas. Por isso os grandes ficam mais fortes e mais ricos. Quando algum time, como os nossos, se aventuram pela série A, são goleados, humilhados e rebaixados no mesmo ano. Não dá para competir.

- ✓ O técnico da Seleção Brasileira, Carlo Ancelotti, tem um generoso contrato com a CBF. R\$ 5 milhões/mês de salários; passagens aéreas Brasil/Europa/Brasil; casa de alto padrão enquanto estiver trabalhando no Brasil.
- ✓ Quando não houver competição, como agora, vai pra casa e fica assistindo a bolada mensal cair em sua conta bancária. Mas fará do Brasil uma seleção campeã novamente?
- ✓ Até o momento demonstrou virtudes. Teve coragem de deixar Neymar fora da última convocação. Fez um bem ao futebol brasileiro. Neymar é apenas uma lenda do passado recente. Ex-ator insistindo em continuar nos grandes palcos.
- ✓ Mas as qualidades de Ancelotti talvez não

- sejam suficientes para fazer do time brasileiro uma seleção vencedora novamente. O futebol internacional evoluiu, o brasileiro não.
- ✓ Hoje encontramos dificuldades em vencer seleções que antes eram goleadas impiedosamente, como os casos de Venezuela, Equador, entre outras.
- ✓ O futebol mudou. Para pior. Antes, o jogador precisava se destacar no Brasil, ser campeão por aqui, jogar na seleção brasileira e depois ser negociado para o exterior.
- ✓ Hoje não, o garoto sai com 16 anos, fica milionário e não desenvolve o interesse em defender a seleção nacional. Se é convocado, vem contra sua vontade. Pulou etapas.

Diversão e ARTE

Vinicius Borges

marcosborges710@gmail.com

Jazz, vinhos e sabores regionais embalam festival em Goiânia

De 18 a 21 de setembro, Goiânia recebe o Wine Jazz Goiânia, festival que une música, vinhos e gastronomia em uma experiência completa. Após três edições de sucesso em Pirenópolis, o evento estreia na capital com



mais de 100 rótulos nacionais e importados, incluindo vinhos do Cerrado, além de queijos artesanais, embutidos, cafés, chocolates e outros produtos de produtores locais. Realizado ao ar livre, em frente ao Goiânia Shopping.

A trilha sonora será conduzida por nomes como Bruno Rejan Quinteto, Letícia Yohanne & Quinteto, a Banda Yas & Quarteto, além de DJs. O festival reforça não só o caráter cultural, mas também econômico, ao valorizar artistas, produtores e marcas goianas em um encontro que celebra a identidade regional.

Goiânia promove caminhada pela prevenção do Alzheimer

No dia 21 de setembro, quando se celebra o Dia Mundial do Alzheimer, Goiânia realiza a I Caminhada Movimente-se pela Prevenção do Alzheimer, às 7h, no Paço Municipal. O evento é gratuito e aberto ao público, com objetivo de conscientizar sobre a importância do diagnóstico precoce, incentivar hábitos saudáveis e apoiar familiares e cuidadores de pessoas com a doença.



Hidrolândia abre temporada da jabuticaba com safra antecipada

Conhecida como a "Capital da Jabuticaba", Hidrolândia já recebe visitantes de todo o país para a colheita da fruta, que é a principal fonte de renda de muitas famílias da região. Neste ano, devido às chuvas de junho, a safra foi antecipada e teve início em 16 de agosto, com abertura oficial no dia 31, na Vinícola Jabuticabal.

Superprodução musical de Cinderela chega a Goiânia

No dia 21 de setembro, o Teatro Madre Esperança Garrido recebe o espetáculo "Cinderela — O Musical", com cenários tridimensionais, projeções a laser, figurinos luxuosos e efeitos especiais que prometem encantar toda a família. A narrativa acompanha a jovem que sonha em mudar de vida, com a ajuda da Fada Madrinha, e revive momentos clássicos do conto, como o baile real e o sapatinho de cristal. A apresentação é da Pinheiros Produções Artísticas, companhia referência em musicais no país, e os ingressos estão disponíveis pelo site Ingresso Digital.

Montagem do Natal do Bem 2025 começa em Goiânia

O Centro Cultural Oscar Niemeyer já recebe a decoração do Natal do Bem 2025, maior Natal gratuito do Brasil, que será realizado de 14 de novembro a 4 de janeiro de 2026. Com entrada e estacionamento gratuitos, o evento espera superar os 1,5 milhão de visitantes registrados em 2024 e contará com 30 mil m² de área, árvore de 40 metros, 3 milhões de luzes e programação cultural com mais de 300 apresentações. O público terá à disposição Vila Gastronômica com 27 quiosques, transporte coletivo exclusivo e ambientes acessíveis.